DEMOCRACIA, UMA INSTITUIÇÃO ZUMBI?

O reflexo do pensamento de Bauman na compreensão da democracia representativa brasileira atual

Ciro di Benatti Galvão¹
Maryale Souza Dias²
Graduanda em Direito pelo Uniptan
maryale.dias@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de pesquisa a reflexão sobre o excesso de individualismo em Bauman e seus reflexos no mau funcionamento da democracia juntamente com a análise dos movimentos sociais denominados “Coletivos” para resgatar a essência da democracia representativa. O objetivo geral do artigo é evidenciar como o individualismo, na qualidade de um dos problemas da sociedade pós-moderna, afeta a democracia representativa. De tal maneira, analisa-se o individualismo na sociedade pós-moderna sob a perspectiva de Bauman, o conceito de “instituição zumbi”, também em Bauman, e evidencia-se os efeitos danosos da pós-modernidade para a democracia representativa. A simbiose entre o pensamento do jurista Friedrich Müller e Zygmunt Bauman torna o trabalho diferenciado da análise puramente jurídica, buscando na interdisciplinaridade uma interpretação diferenciada, proporcionando uma visão crítica do que deve ser melhorado. O presente estudo consiste em pesquisa teórica, de caráter exploratório, com o raciocínio dedutivo, a partir da coleta de informações em fontes secundárias pela pesquisa bibliográfica. Pode-se concluir que os “Coletivos” conseguem revitalizar o sentimento de pertencimento e cidadania, auxiliando a categoria de “povo instância” e, de forma pedagógica, o “povo ativo” a realizar suas escolhas ao realizar o voto com maior consciência de pertencimento e engajamento político.

Palavras-chave: Bauman, Müller, Individualismo, Coletivo, Democracia, Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O presente texto decorre das atividades, das discussões e das leituras propostas durante os encontros do Grupo de Estudos “Democracia Contemporâneas - Estudos a partir das Concepções Técnicas de Povo”, proposto pelo Professor Ciro di Benatti Galvão, docente do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves.

A leitura básica do referido grupo de estudos foi a obra de Friedrich Müller intitulada *Quem é o Povo?*, em que se analisaram as diversas categorias conceituais de “povo”, trabalhadas pelo autor, com impacto na compreensão da própria ideia de democracia e de sua

¹ Professor orientador. Mestre e doutorando em direito do Estado .Especialista em direito público. Professor de teoria do estado, direito constitucional e direito administrativo no Uniptan.

² Discente do Curso de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves.

realização. Associando estudos pessoais e pretéritos sobre o pensamento de Bauman (2001), à proposta de Müller, chegou-se ao tema objeto de abordagem no presente artigo: a democracia como uma “instituição zumbi” e como retomar a sua “vitalidade”, diante das perdas ocasionadas pela modernidade.

Da associação entre os autores, a partir da obra de utilizada de cada um, abstrai-se a ideia de que o comportamento do indivíduo (Bauman) pode impactar na sua participação ativa na política (Müller). A apreciação sociológica se baseará, por conseguinte, nos conceitos trazidos por Bauman (2001) em sua obra *Modernidade Líquida*, tendo como objetivo entender como o excesso de individualismo reflete no mau funcionamento da democracia, tornando-a uma instituição morta, porém viva – “instituição zumbi”. Müller (2003), por sua vez, trará o embasamento jurídico ao perceber o povo além do exposto nas normas, por meio de sua atuação e papel no sistema político em que se insere: a democracia representativa.

O texto propõe, portanto, uma simbiose entre o Direito e a Sociologia de forma a perceber onde surge a apatia política e como tal cenário pode ser modificado. A proposta é de que, com a valorização e o repovoamento do espaço público, os indivíduos se enxerguem como seres coletivos e se engajem, cada vez mais, na seara política.

Para concretização de tal mudança comportamental, serão trazidos os movimentos sociais denominados “Coletivos”, os quais inserem indivíduos em causas sociais diversas, trazendo novas possibilidades para o exercício da política. Seriam eles capazes de modificar o cenário atual de apatia, quiçá, aversão à política? Esta é a problematização a ser exposta pelo texto.

O texto está organizado de forma a, em um primeiro momento, exibir o marco teórico, levantando os pontos principais das obras dos autores supracitados que vieram a contribuir para o problema. No segundo tópico, serão aprofundados os objetivos específicos, quais sejam: os conceitos de individualismo e instituição zumbi, úteis à elucidação dos termos-chaves do tema e do problema de pesquisa. No terceiro momento, será feita a análise dos efeitos do individualismo na democracia representativa, sendo esse também um objetivo específico, conjuntamente à análise do impacto sobre a participação política, objetivo geral da pesquisa. E, por fim, será exposto o estudo das atuações dos coletivos como resgate de algumas das categorias de povo propostas por Müller: o povo ativo e o “povo instância”.

A pesquisa foi realizada a partir da análise exploratória dos conceitos de Müller e Bauman, sendo assim uma pesquisa teórica pela compreensão dos mesmos para o desenvolvimento do problema proposto. Para a simbiose entre autores foi adotado o raciocínio

dedutivo de que o individualismo estaria afetando a democracia e como reverter esse processo. Não obstante, também se valerá da pesquisa bibliográfica, consultando obras e/ou artigos científicos que auxiliem na compreensão dos efeitos do individualismo para a democracia representativa e seu principal instrumento: o voto.

1 EXPOSIÇÃO DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS UTILIZADOS

Para o desenvolvimento do presente artigo foram utilizadas, como marcos teóricos, as obras “Modernidade Líquida” de Zygmunt Bauman (2001) conjuntamente a “Quem é o Povo?” de Friedrich Müller (2003). Tais obras abarcam os conceitos levantados na proposição de que o individualismo estaria tornando a democracia uma “instituição zumbi”, sendo, então, essenciais para o aprofundamento deste tema.

Da obra de Zygmunt Bauman, foi utilizado, de forma basilar, o individualismo que, segundo o autor, advém da condição pós-capitalista. Baumann trabalha, primeiramente, com o conceito de liquidez, que levaria ao comportamento individualista. Na conceituação de “líquido”, utiliza a Enciclopédia Britânica, fazendo uma metáfora com a situação das sociedades na atualidade.

Os materiais líquidos estariam ligados à fluidez, à ausência de peso, ao derretimento dos sólidos existentes, como instituições, conceitos e, até mesmo, o futuro que cada indivíduo pensa ou almeja. Nesse sentido,

‘Derreter os sólidos’ [trecho retirado do Manifesto Comunista] significava, antes e acima de tudo, eliminar as obrigações ‘irrelevantes’ que impediam a via do cálculo racional dos efeitos; como dizia Max Weber, libertar a empresa de negócios dos grilhões dos deveres para com a família e o lar e da densa trama das obrigações éticas; ou, como preferiria Thomas Carlyle, dentre vários laços subjacentes às responsabilidades humanas mútuas, deixar restar somente o ‘nexo dinheiro’. (BAUMAN, 2001, p.10)

O futuro do indivíduo passa, então, a ser determinado pela incerteza do Capitalismo e pela busca por uma condição aquisitiva melhor; logo, a superestrutura de Marx (Economia) aparecia, na obra citada, para dominar todo comportamento social. O indivíduo, a partir de então, não mais agiria em prol da coletividade, ou da ética, mas, sim, almejando vantagens econômicas para si. Por consequência, o individualismo se tornaria endêmico, limitando a vida coletiva e a “Política com P maiúsculo”, que deve ser valorizada (BAUMAN, 2001, p. 49). Tal expressão diferencia a política voltada para o coletivo da política limitada pela ótica privada. Segundo o autor (2001, p. 46), o interesse

coletivo não mais existe; há, apenas, o interesse na vida particular dos governantes. O ambiente público, infelizmente, estaria vazio de ideias e de debates.

Ainda sobre as consequências da liquidez e do individualismo, o autor registra a falta de uma “Suprema Repartição”, o qual denota uma suprema estrutura burocrática, responsável pela tomada de decisão e resolução de problemas político- sociais, vinculando-se também às questões éticas e morais (BAUMANN, 2001, p.72). Assim, não haveria um local onde se pudesse reclamar por melhoras ou para ‘virar a mesa’. Ocorre o ceticismo perante o funcionamento do governo. Nessa nova perspectiva, cada indivíduo seria responsável por seu sucesso e/ou fracasso. Questões que ultrapassem seus problemas individuais não são importantes e não devem tomar tempo, contribuindo, assim, para o afastamento da seara política.

Logo, a partir desse comportamento, há a classificação de dois tipos de indivíduos, o “de jure” e o “de facto”. O primeiro se considera livre por escolher o que consumir, não se ocupando com qualquer outro pensamento. O segundo seria aquele engajado socialmente e ativo politicamente. Há, então, que se transformar o primeiro, ultrapassando o abismo que os separa (BAUMANN, 2001. p. 51).

Neste ponto, inicia-se a simbiose proposta com o jurista Friedrich Müller. Em sua obra “Quem é o Povo?” (2003), o autor desenvolve o significado de povo para além do utilizado nas Constituições, atribuindo prerrogativas e responsabilidades pela legitimação da política. Conceitua-o a partir de quatro categorias, sendo elas: a) o “povo ativo”; b) o “povo como instância global de atribuição de legitimidade do Estado”; c) o “povo como destinatário de prestações civilizatórias” e, por último, a forma degenerada do povo, denominada pelo autor de “povo como ícone” (MÜLLER, 2003).

A primeira categoria seria composta pelos que participam dos processos eleitorais, sendo a totalidade de eleitores ou indivíduos aptos a exercer os direitos políticos, especialmente o voto. Esses teriam a responsabilidade de participar de processos eleitorais (votando ou candidatando-se a cargos eletivos). Na realidade brasileira, esta categoria de povo pode ser inferida da análise do art. 14 da Constituição de 1988, por exemplo. Contudo, conforme o autor, esta categoria de povo “não pode sustentar sozinha um sistema tão repleto de pressupostos” (MÜLLER, 2003, p.58).

Já o “povo instância” é responsável por atribuir aceitação, concordância ou por assimilar como válidas as decisões e as políticas estatais, mantendo-se atento aos seus direitos e impedindo as suas violações. A forma como essa aceitação ou assimilação ocorre

está associada à possibilidade dele, povo, poder intervir no processo de decisão estatais, especificamente por meio da participação social (democracia participativa), englobando não apenas a intervenção na construção das decisões (aqui denominado de “participação-decisão”), mas, também, a fiscalização ou o controle do comportamento dos que agem em nome do Estado, já que ele, Estado, atua em seu nome e em seu benefício (aqui, adjetivada como “participação-controle”).

O “povo destinatário de prestações civilizatórias” é aquele que, mesmo se estiver privado de qualquer possibilidade de ação política (em sentido estrito), ainda assim é e deve ser alvo de preocupação por parte do Estado. Só de estar dentro do território nacional, o Estado deve lhe proporcionar bem-estar, direitos e segurança, sendo que o vínculo jurídico explicativo desta categoria de povo, em Müller (2003), está em normas como as do art. 1, III, da Constituição de 1988, referente à ideia de dignidade humana, aplicável irrestritamente. Ou seja, a simples condição humana já impõe ao Estado dever de segurança e de promoção de direitos aos que estejam, de alguma forma, próximos ou dependentes dele, temporariamente ou não.

Por fim, tem-se a degeneração do povo em ícone (última dimensão do povo, no pensamento do autor) que seria a idealização de um todo, sem particularidades, uma “metáfora em uma retórica ideológica” (MÜLLER, 2003, p. 42). Esta última perspectiva vincula-se ao desrespeito e à desvirtuação da democracia, uma vez que há a manipulação préviada vontade do povo, a exemplo do que ocorre, infelizmente, e, muitas vezes, durante os processos eleitorais.

Feitas essas considerações, o presente trabalho valer-se-á das duas primeiras categorias, uma vez que são as que determinam, de forma preponderante, o governo e são também afetadas pelo individualismo pós-moderno. Ao praticar o individualismo exacerbado, o indivíduo não atua como “povo instância” e se torna descrente em ser “povo ativo”. Assim, para este trabalho, o comportamento político do indivíduo será arquitetado por tal visão, que, conseqüentemente, inibe o bom funcionamento da democracia.

Ambos os autores perceberam os problemas passíveis de serem enfrentados pela democracia e, cada um deles, propôs uma solução. Para tanto, como já foi dito, Bauman (2001, p.49) propõe a revitalização da política com “P” maiúsculo, a partir da qual os indivíduos sentiriam a necessidade de se engajar na vida pública. Já Müller propõe “o nexo entre as categorias de povo” (MULLER, 2003, p. 44):

Deve-se enfrentar com medidas práticas o risco de que a divisão da sociedade em sujeitos frouxamente interligados e ao mesmo tempo integralmente capazes de

ação, por um lado, e em indivíduos privados de qualquer possibilidade de ação e reduzidos a meros corpos, por outro lado, passe a ser a configuração terminal do sistema de diferenciação funcional. (MÜLLER, 2001, p. 43)

Pode-se inferir, então, a necessidade de união e de retomada da importância da vida pública, afastando-se do egoísmo pautado ou derivado, excessivamente, na economia. Logo, as proposições dos autores possuem pontos em comum na tentativa de resolução dos entraves ao pleno funcionamento da democracia, que serão explorados no presente artigo por intermédio da nova forma de participação política: os “coletivos”, que, a um só tempo, sugerem o resgate da política com “P” maiúsculo e a aplicação do povo como instância a partir da qual o Estado retira a sua legitimidade, devendo-lhe atribuir espaços de participação e, por fim, auxiliam na performance democrática em momentos de realização das eleições, contribuindo, assim, para o amadurecimento do “povo ativo”.

2. DETALHAMENTO DO INDIVIDUALISMO NA SOCIEDADE PÓS-MODERNA SOB A PERSPECTIVA DE BAUMAN

Tomando a perspectiva de Bauman (2001) sobre a sociedade, é marcante a atuação do individualismo para cada tomada de decisão das pessoas, tornando-se um fator de extrema relevância para a compreensão das motivações por detrás das decisões. O autor parte da mudança de sistema econômico para a compreensão de onde surgiu o individualismo, que no presente trabalho se mostrará exacerbado, para explicar as mazelas sociais e suas consequências.

Tem-se, de início, a afirmativa de que a percepção da sociedade é indivisível do seu sistema econômico, logo, ela se tornou “inexistente” em seu sentido sociológico. Bauman (2001), citando Hobsbawm, atenta para tal questão, em que a palavra comunidade nunca é utilizada tão indiscriminadamente quanto em tempos que seu sentido sociológico está longe da realidade (BAUMAN, 2001, p. 196). Apesar de o indivíduo ser o tempo todo cercado pelo termo “comunidade”, ele pouco traz referência de real sentido; o termo é muito utilizado, porém não agrega qualquer valor “comunitário” ao indivíduo.

Diante da competição por lucros, a sociedade se torna um “agregado de eus”, com interesses individuais e proposituras de soluções também particulares para problemas de igual teor. A concepção de sociedade feliz seria sonho inatingível, uma vez que as preocupações não estariam mais nesse campo. O indivíduo não teria mais identidade coletiva, apenas se uniria a outros indivíduos por princípios internos, sem correlação com

instituições sociais ou princípios universais (BAUMAN, 2001, p. 205). A imposição individualista por parte do sistema econômico no comportamento social exige uma vivência por objetivos próprios individuais (muita das vezes, consumistas) e não pelo todo, pela sociedade e bem comum. O indivíduo seria livre a partir da perspectiva do que pode consumir, e não pela possibilidade de ação (BAUMAN, 2001, p. 24).

Adentrando questões mais profundas, o autor leva o questionamento ao surgimento da sociedade. O indivíduo se uniria em grupo para obter proteção individual, uma vez que a anomia gera dúvidas, incapacita e amedronta. Sendo assim, “o que quer que prometa assumir a responsabilidade pela certeza é bem-vindo.” Contudo, a responsabilidade se daria de forma a desvincular o discurso político e ético da sociedade, e colocá-la no âmbito dos Direitos Humanos (BAUMAN, 2001, p.28). Não há o trabalho de engajamento pela sociedade ou por qualquer vínculo social, mas pelo indivíduo “humano” sozinho.

“Não há mais a salvação pela sociedade” (BAUMAN, 2001, p.38). Apesar de alcançar progresso econômico, o Capitalismo trouxe o fim do ser humano como “ser social”, existe a defesa de especificidade cultural e psicológica feita por cada indivíduo estrategicamente, mas não mais por organizações, já que as comunidades não mais determinam identidades. Assim, o autor demonstra faticamente que não há escolha a não ser “ser individualista”: “Não olhe para trás ou para cima, olhe para dentro de você mesmo, onde supostamente residem todas as ferramentas necessárias ao aperfeiçoamento da vida – sua astúcia, vontade e poder” (BAUMAN, 2001, p.38).

Essa corrida para o interior minaria a cidadania, uma vez que não haveria a reflexão de problemas sociais, tornando a sociedade um “emaranhado de eus” e o cidadão inexistente. Fazendo uma analogia com o egoísmo de Tocqueville que “seca as sementes de todas as virtudes”, para o autor, o individualismo “seca apenas a ‘fonte das virtudes públicas’”. (BAUMAN, 2001, p. 243).

O afastamento da vida pública, esvaziando-a de significado, acarreta a classificação feita pelo autor, de dois tipos de indivíduo, o *de jure* e o *de facto* (BAUMAN, 2001, p. 48). O primeiro seria aquele que, preocupado com questões individuais, é incapaz de se ver como ser responsável pela coletividade, ativo e determinado a solucionar as mazelas que assombram a sociedade. E, do outro lado, o indivíduo *de facto*, seria o verdadeiro cidadão, engajado sem preguiça às questões sociais, que tentaria preencher o espaço público hoje esvaziado pelo privado.

Para o autor, haveria um abismo entre uma espécie de indivíduo e o outra, sendo

transposto, apenas, pela utilização da Política com P maiúsculo, retirando a noção de local para confissão de segredos e repovoando-o com debates e encontros sociais do público com o privado, para que surja, novamente, o cidadão capaz de interromper o total declínio da sociedade e suas instituições, evitando que elas se transformem em “instituições zumbis”, conforme Bauman (2001) observa, valendo-se do pensamento de Ulrich Beck, e que seriam também decorrentes do sistema econômico vigente, para reafirmar o esvaziamento do real significado das instituições, classificando-as como “mortas e ainda vivas” (BAUMAN, 2001, p. 12).

Dessa maneira, Bauman (2001) evidencia a principal ideia de seu texto, qual seria a liquidez moderna em oposição ao sólido do passado:

A presente versão ‘liquefeita’, ‘fluida’, dispersa, espalhada e desregulada da modernidade pode não implicar o divórcio e ruptura final da comunicação, mas anuncia o advento do Capitalismo leve e flutuante, marcado pelo desengajamento e enfraquecimento dos laços que prendem o capital ao trabalho. Pode-se dizer que esse movimento ecoa a passagem do casamento para o “viver junto”, com todas as atitudes disso decorrentes e consequências estratégicas, incluindo a suposição da transitoriedade da coabitação e da possibilidade de que a associação seja rompida a qualquer momento e por qualquer razão, uma vez desaparecida a necessidade ou o desejo. (BAUMAN, 2001, p. 171)

Friedman (2014, p.268) no artigo “Próximos ou separados?: Ideias de Giddens e Bauman sobre as motivações para a política” menciona o conceito de “instituições casca” criado pelo autor Anthony Giddens, sendo este outro autor que também se preocupa com o esvaziamento de conceitos. Todo esvaziamento, ressignificação, modificação sofridos pelas instituições passam a caracterizá-las como zumbis ou casca, pois não desaparecem por completo, mas não conseguem exercer a mesma função, a ter a utilidade desejada. Sendo assim, o individualismo gerou mudanças nas relações sociais e, conseqüentemente, ressignificou instituições, dentre elas, a Democracia e seu funcionamento na era da “Modernidade Líquida”.

3 OS REFLEXOS DO INDIVIDUALISMO NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A Democracia foi o regime político escolhido pelo Brasil logo no preâmbulo de sua Constituição vigente, uma vez que este é o marco inicial que norteia todo o ordenamento normativo posterior. Vital lembrar que, apesar de o preâmbulo não integrar a parte normativa, seu conteúdo evidencia as intenções e os valores que estarão presentes em toda a

Carta.

Para que se tenha uma Democracia é preciso alguns requisitos, sendo o principal a soberania popular, concebida, por exemplo, por Rousseau, em sua obra “O Contrato Social” (1955), não apenas como a soma das vontades particulares, mas a soma de suas diferenças que implicariam, assim, a **vontade geral**.

O respeito ao prestígio da **vontade geral** pode ser encontrado, na realidade constitucional brasileira, no art. 1º, parágrafo único, abaixo transcrito, em que se tem expressamente o Estado Democrático de Direito reconhecendo ao “povo” a soberania dopoder político

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania; [...]

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição

O povo, portanto, seria responsável por modificar a situação política conforme seus desejos por meio, inicialmente, do sufrágio universal (voto) e, também, por outras vias dispostas no art. 14, CF/88, quais sejam: plebiscitos e referendos e iniciativas populares; caracteriza-se, assim, não apenas a valorização da democracia representativa, mas reforça-se a ideia de democracia direta, exemplificada mais à frente quando se for tratar das figuras dos “coletivos”.

Referindo-se, portanto, apenas à ideia de democracia representativa, importante ressaltar que tal exteriorização da democracia foi adotada devido às dimensões estatais e populacionais, sendo a democracia direta inviável para determinar todas as funções estatais.

O sufrágio universal, citado no *caput* do art.14, refere-se ao direito subjetivo de participação popular na vida pública por meio da escolha de representantes, a partir do voto. Além do princípio da universalidade, apesar da restrição com menores de 16 anos e estrangeiros, por exemplo, a ideia de sufrágio abarca, também, o da igualdade, uma vez que o voto tem o mesmo valor para todos. A ferramenta do sufrágio universal nos remonta à soberania popular de Rousseau, nas palavras de Daniel Sarmento:

A teoria da soberania popular é inclusiva. Todos os indivíduos vinculados ao Estado constituem o seu povo. Na sua compreensão contemporânea, ela não abre espaço para exclusões fundadas em critérios econômicos, étnicos, religiosos, de gênero, culturais ou de qualquer outra natureza. A ideia de “povo” deve ser concebida em termos plurais, desvinculada inclusive de exigências relativas ao compartilhamento de um passado ou de uma cultura comuns. Muitas das sociedades contemporâneas são extremamente heterogêneas, e o conceito de povo, numa democracia constitucional, deve abarcar a todos, não podendo ser empregado para excluir os portadores das identidades não hegemônicas. (SARMENTO, 2017,

Mas, diante do contexto moderno, a soberania popular, por meio da representação, vem sendo mitigada por interesses particulares, limitando o que deveria ser coletivo.

A partir disso, tem ganho espaço a ideia de que a democracia pressupõe a participação do indivíduo em questões que ultrapassam o limite de sua casa, devendo ser conduzida com o intuito de criar o comprometimento social e não simplesmente em termos de poder e/ou objetivos específicos (GARE, 2018, p. 238). A política deveria ser conduzida de forma a enaltecer a comunidade, contudo, de acordo com Morais (2018, p. 850) vivencia-se uma sociedade que é mercada por egoísmo nas relações sociais e “pela valorização do ‘tirar vantagem’, pela ausência de solidariedade humana, pela indiferença para com a miséria alheia e pela tolerância com a corrupção e a impunidade”.

Aprofundando a questão do impacto do excesso de individualismo sobre a forma como a democracia representativa acaba sendo colocada em prática, pode-se avaliar também a falta de ética advinda do individualismo egoísta, conforme visto abaixo:

Para Taylor, a sociedade contemporânea sofre de um agudo mal-estar que tem suas raízes no individualismo, no primado da razão instrumental e num certo despotismo no qual as instituições e as estruturas da sociedade pós-industrial restringem as escolhas. Esse mal-estar manifesta-se numa perda de sentido da vida, na fragmentação da moral, **obscurecendo os horizontes morais do ser humano na contemporaneidade.** (ROSA, 2016, p.1) (destaque nosso)

Tal obscurantismo acaba por refletir, então, na tolerância à corrupção e à impunidade, por exemplo. O indivíduo acaba por se acostumar com a situação e por entender que sua crítica, conforme observa Bauman (2001, p. 32), é “desdentada”, a sociedade é “hospitaleira a críticas”, saindo reforçada das mesmas. O autor faz uma analogia com o estacionamento de *trailers*, em que o motorista e sua família, com seu horário e itinerário, querem apenas espaço para seu trailer, tomadas, encanamentos em ordem, vizinhos silenciosos e serem deixados à vontade. Pagam o aluguel em dia e demandam os serviços prometidos, podendo vociferar incisivamente para reclamar o que lhes é devido, desaconselhar amigos da visita, contudo, “nunca lhes ocorreria questionar e negociar a filosofia administrativa do lugar, e muito menos assumir a reponsabilidade pelo gerenciamento do mesmo.” (p. 32) Assim, vão embora e o local fica como era, podendo mudar caso haja queixas repetitivas.

Assim, há um colapso na crença de um futuro melhor e não há referência de

autoridade para qual se busquem reais soluções. A falta da dita “Suprema Repartição” (BAUMAN, 2001, p. 72) que resolveria os problemas e que seria tangível e alcançável pelos cidadãos acaba por tornar a democracia um regime suspeito e questionável (PORTELA, 2018, p. 64), feita a partir de contornos e comportamentos sociais muito flagrantemente egoístas.

A descrença na atuação da autoridade política leva à apatia política. Conectando tais ideias ao pensamento de Müller (2003), a categoria de “povo ativo”, responsável por escolher os representantes, não se mostra engajada nas questões coletivas. Acabam por se isentarem de responsabilidades para atuar no âmbito de questões privadas e imediatas. Percebe-se que o regime governamental escolhido para ser mais inclusivo e, com as ferramentas para tanto, não é, tornando-se, ao final, vazio, morto-vivo, zumbi. O egoísmo ou o excesso de individualismo, manifestado nas situações de escolhas políticas pelo voto, acaba fazendo com que o regime democrático se torne vulnerável, devendo-se, assim, buscar formas de se evitar isso, especialmente pelo resgate da importância de formas de democracia participativa ou direta, conforme se verá a seguir ao se mencionar a experiência dos “coletivos”.

4 OS COLETIVOS E A “EMANCIPAÇÃO HUMANA”: O RESGATE DA DEMOCRACIA PELO POVO INSTÂNCIA GLOBAL DE ATRIBUIÇÃO DE LEGITIMIDADE

Bauman (2001, p. 49) propõe a transposição do abismo existente entre indivíduo *de jure* e indivíduo *de facto* pela “Política com P maiúsculo”, conforma já repetidamente citado, mas sempre é interessante ressaltar tal pensamento. Tal processo se daria pelo repovoamento do espaço público, pela retomada de seu lugar tomado pelo interesse privado:

Hoje a tarefa é defender o evanescente domínio público, ou, antes, reequipar e repovoar o espaço público que se esvazia rapidamente devido à deserção de ambos os lados: a retirada do “cidadão interessado” e a fuga do poder real para um território que, por tudo que as instituições democráticas existentes são capazes de realizar, só pode ser descrito como um “espaço cósmico”. (BAUMAN, 2001, p. 49)

O espaço público, hoje tomado por questões privadas, deve, então, ser repovoado por questões coletivas, pelo debate, pelo diálogo e pelas negociações. Essa seria a emancipação humana que Bauman (2001), utilizando da teoria crítica, afirma ser necessária. O indivíduo deve reaprender e reapropriar-se de ferramentas perdidas da cidadania, tornando-se cidadão

capaz de construir a ponte entre os tipos de indivíduos *de jure* e *de facto* (BAUMAN, 2001, p. 51).

No contexto em que se insere, pode-se pensar em protestos ou em manifestações sociais, tais como os ocorridos em junho de 2013, como solução para os anseios da população. Contudo, focando nas premissas da democracia, outra proposta é mais bem demonstrada ao se apropriar, por exemplo, de experiências como as dos “coletivos”, especialmente os que têm a sua dinâmica funcional feita a partir das redes sociais, unindo tecnologia e potencialidades democráticas.

Conforme Aluizio Marino (2014, s.p.), a busca por ressignificar o espaço urbano por meio de ações culturais, transforma o espaço público e amplia a noção de direito à cidade, e, não obstante, conecta os indivíduos em grupos de solidariedade e de complementaridade. O espaço *on-line* é ou tem sido o local de encontro desses grupos e, com isso, as questões levantadas são as mais diversas e enriquecedoras para a democracia. Conforme o autor (2014, s.p.) pode-se afirmar que criam uma “cidadania insurgente”, que busca soluções para o que é negligenciado pelos representantes eleitos. Em sua maioria, os “Coletivos” se preocupam com revitalização de áreas abandonadas e/ou poluídas, estão voltados para questões arquitetônicas e ambientais. A atuação se dá pela ocupação de espaços públicos negligenciados, evidenciando, assim, sua potencialidade e dando oportunidade a debates permanentes para solução de problemas inerentes à urbanização.

No Brasil, São Paulo é referência em tais ações, com o programa “Valorização de Iniciativas Culturais” (VAI) e os “Agentes Comunitários de Cultura”, que incentivam e patrocinam alguns coletivos a partir de processos seletivos. Outras iniciativas são os movimentos “Existe Amor em SP” e “Experimenta SP”, ambos com o intuito de reintegrar a população aos “espaços de passagem”, como praças e bosques que, conforme Edson Silva, organizador do movimento coletivo “Experimenta SP”, “não traz[em] acolhimento e a população simplesmente passa” (BESSI, 2013). Tal proposição vai, então, à contramão do esvaziamento de significado dos espaços públicos, citado por Bauman (2001, p. 121). O indivíduo, por meio de tais movimentos, consegue se envolver nas decisões coletivas e se sentir pertencente àquele espaço.

O espaço para a discussão é fértil e não se basta, apenas, a tais questões. Formados por jovens por intermédio de redes sociais, sem personalidade jurídica e de ações independentes, sem líderes ou porta-vozes, o grupo se organiza na horizontalidade, conseguindo abranger as mais diversas áreas temáticas, como as de cunho racional, gênero,

inclusão social. Há dentro dos “coletivos” as mais variadas atuações, a exemplo de teatros, de cursos e de palestras, todos com a finalidade de agregar conhecimento e aumentar ainda mais o valor de suas causas e, portanto, contribuir para o engajamento cívico-democrático.

Trazendo a experiência dos “Coletivos” para um contexto mais próximo ao que se discutiu, até então, no texto, referente ao excesso de individualismo e seus reflexos no comportamento político dos cidadãos, especialmente no que tange ao que Müller trata sobre o “povo ativo”, vale mencionar a iniciativa das candidaturas coletivas, com o modelo “vote em uma, leve todas”.

A inovação na área política se dá pela candidatura não de uma só pessoa, mas de um “coletivo”, que se propõe a tomar as decisões pautadas em discussões e em consensos dentre os seus integrantes. Apesar de ainda não encontrar previsão legal, até que haja a pretensa aprovação da PEC 379/2017³, alguns coletivos conseguiram se eleger⁴ e atuam de forma limitada, respeitando os procedimentos legais vigentes.

A conceituação de “coletivo” é de difícil alcance (PEREZ, 2019, p. 587), uma vez que não são homogêneos e cada um possui sua forma de atuar. Apesar de parecer estrutural a horizontalidade e a aversão ao sistema político, há aqueles que se organizam verticalmente e que promovem a integração com partidos políticos, conforme supracitado (MAIA, 2013, p. 69). O importante é que, ao trazer para o debate uma nova forma de ser atuante, os Coletivos se mostram como engrenagens que, criadas no contexto da modernidade e facilitadas por ela, movimentam a retomada da cidadania perdida pelo individualismo sistêmico. Em meio à crise de representatividade, não só no Brasil, mas em diversas outras realidades estatais no mundo, a nova perspectiva de fazer política tenta, nas palavras de Beatriz Pedreira, citada por Giovanna Galvani, em artigo para o *site Carta Capital* (2020), “hackear” o sistema trazendo maior aproximação da esfera política.

É pertinente a ressalva da diferenciação entre o ambiente em que se desenvolvem os coletivos e o ambiente democrático institucional de um Estado, sendo os Coletivos mais

³Cf. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=DB48ED2CBDBF28DED15DB29A687A8C02.proposicoesWebExterno2?codteor=1622092&filename=Tramitacao-PEC+379/2017. Acesso em 04 abr. 2021.

⁴ Não existe um número contabilizado pelo TSE, uma vez que não existiriam candidaturas coletivas sob aspecto jurídico-legal, mas a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps) realizou um levantamento e constatou que nos pleitos de 2012 e 2014, foram sete candidaturas e entre 2016 e 2018 foram noventa e oito (SECCHI, 2019, p. 37). A exemplo tem-se a Deputada Mônica Seixas (PSOL), que une nove pessoas de três diferentes partidos; Pretas por Salvador (MINHO, 2020, *s.p.*), o qual reúne três mulheres ao cargo de Vereadora pela cidade e o Juntas, que reúne cinco mulheres também no legislativo em Pernambuco. (MASCARI, 2020, *s.p.*)

propícios ao debate e às argumentações devido a questões de arranjo organizacionais de praxe (GONÇALVES e LUNARDELLI, 2020). Mas, o que se levanta nesta análise é o despertar da consciência coletiva, podendo-se afirmar que, de certa maneira, as ferramentas da cidadania estão sendo ressignificadas e reutilizadas. E, como propõe Müller (2003, p. 101), ocorre a atuação como areia nas engrenagens do sistema jurídico.

Em sua análise sobre o conceito de povo e a necessidade de maior inclusão, Müller propõe o nexo entre as categorias para que se realize a democracia:

Deve-se enfrentar com medidas práticas o risco de que a divisão da sociedade em sujeitos frouxamente interligados e ao mesmo tempo integralmente capazes de ação, por um lado, e em indivíduos privados de qualquer possibilidade de ação e reduzidos ameros corpos, por outro, passe a ser a configuração terminal do sistema de diferenciação funcional (MÜLLER, 2003, p. 43)

Sendo assim, sob a perspectiva de Müller, a análise dos integrantes dos coletivos perpassa o conceito de povo como instância global de atribuição de legitimidade, uma vez que estes estão promovendo as mudanças por seus próprios meios, pela própria participação e engajamento e, com isso, legitimam as políticas do grupo. O povo não é somente aquele que vota – “povo ativo” – mas, também, aquele que debate, respeita, legitima ou se revolta contra o governo (MÜLLER, 2003, p. 61), sendo os meios ou artifícios em que isso se dê, representações da ideia de democracia direta pela via da participação social/cívica.

Essa categoria de povo é a que está na premissa normativa de que “todo poder emana do povo”, e este, ao se engajar, assume tal papel e acaba por cobrar posições do Estado, que não é o detentor do poder democrático, mas apenas o seu delegatário, devendo agir em favor da vontade popular. A atuação de tal categoria também desencadeia maior embasamento para a atuação do povo ativo, uma vez que invoca o sentimento de coletividade e pertencimento, adentrando questões antes negligenciadas pelo cotidiano capitalista. Assim, experiências acerca da ideia de “povo instância” contribui, de forma pedagógica, para a atuação do “povo ativo”, levantando questões que se iniciam em seus bairros ou realidades mais próximas, mas que acabam refletindo (espera-se!) na democracia em sua vertente representativa, por meio do voto. De forma contrária ao individualismo, o despertar da consciência coletiva retoma aspectos mortos e vitais para a democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo examinou questões sociológicas e jurídicas decorrentes do individualismo exacerbado, derivado do sistema capitalista. Inevitável perceber que o capitalismo e a

modernidade ressignificaram instituições e os objetivos das ações individuais, gerando um afastamento do espaço público. Contudo, o crescimento econômico não deve significar morte de outras áreas, principalmente a política.

A modernidade trouxe consequências negativas, mas não significa que devemos abandoná-la, mas nos apoderar das ferramentas proporcionadas a nosso favor. Um exemplo disso é dado pelos “Coletivos”, que se iniciam como resistência, mas que se concretizam e engrandecem ao ponto de modificar o próprio sistema. Tem-se, por meio desse movimento, um desafio para o Direito: adaptar as leis para lhes atribuir, por exemplo, respaldo legal direto, contextualizando-os e adequando-os juridicamente à época atual. Trata-se de um chamado à inovação do Direito e aos juristas para serem areias nas engrenagens do sistema, conforme proposto por Müller. Afinal, conforme a própria Constituição Federal elucida em seu art. 1º, parágrafo único, se todo o poder emana do povo, nada mais coerente que um movimento iniciado por ele possa concretizar tal norma.

Os “Coletivos” trazem o auxílio à democracia, a partir do engajamento direto e indireto. Direto, quando estes se introduzem nos cenários partidários e se fazem ouvir, ou melhor, fazem seu grupo ser ouvido; e indireto, quando educam e trazem novos indivíduos para o espaço público, ou seja, proporcionam a emancipação humana, por meio da qual é transposto o abismo entre indivíduo de facto e indivíduo de jure, resgatando, assim, elementos da cidadania.

A junção das ideias de Müller e Bauman para transpor problemas na democracia sugere exatamente isto: a possibilidade de retomada da consciência coletiva e, de forma prática, é perceptível o papel dos “Coletivos” em tal processo. Apesar de terem um papel local, por meio dos “Coletivos” o indivíduo poderá ser despertado para questões maiores, de maneira que o “povo ativo”, em Müller, recebe maior embasamento para ser colocado em prática a partir do exercício do direito fundamental de voto e, por sua vez, o “povo instância” acaba também estando manifestado nas experiências e vivências dos “Coletivos”, já que pela sua participação legitimam o processo de construção decisória das decisões políticas, a partir de uma perspectiva coletivizada e, portanto, de cidadania mais abrangente.

REFERÊNCIAS

DE MATOS, M. V. A. B. *et al.* Teoria do Estado e Globalização: Pesquisa em movimento para a crítica da dogmática. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 41, n. 1, 2013.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Em visita ao TRE – PE, Juntas (PSOL) entregam manifesto em defesa de candidaturas coletivas.** Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2020/10/em-visita-ao-tre-pe-juntas-psol-entregam-manifesto-em-defesa-de-can.html>. Acesso em: 28 mai. 2021

FRIDMAN, L.C. Próximos ou separados? Ideias de Giddens e Bauman sobre as motivações para a política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 92, p. 241 – 271, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n92/a09n92.pdf>. Acesso em: 10 abril 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000200009>.

GALVANI, G. **Inovação brasileira, candidaturas coletivas encaram teste de popularidade.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/candidaturas-coletivas-encaram-teste-de-popularidade/>. Acesso em: 28 mai. 2021.

GARE, A. Ethics, philosophy and the environment. **Cosmos and History: The Journal of Natural and Social Philosophy**, v. 14, n. 3, p. 219-240, 2018. Disponível em: <https://www.cosmosandhistory.org/index.php/journal/article/view/750>. Acesso em: 28 mai. 2021.

GONÇALVES, L.C.S.; LUNARDELLI, A.L.B.L. **Candidaturas coletivas e a atuação do Ministério Público Eleitoral.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-out-27/lunardelli-goncalves-candidaturas-coletivas-atuacao-mpe>. Acesso em: 28 mai. 2021

MAIA, G. L. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria, v. 8, n. 1, p. 58-73, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8630/pdf>. Acesso em: 28 mai. 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/198136948630>.

MARINO, A. **Coletivos, redes e ruas: Uma realidade latino-americana.** Disponível em: <http://nobrasil.co/coletivos-redes-e-ruas-uma-realidade-latinoamericana/>. Acesso em: 05 nov. 2020

MASCARI, F. **Candidaturas coletivas buscam ampliar representatividade no Legislativo.** Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/10/candidaturas-coletivas-sao-paulo-2020/>. Acesso em: 28 mai. 2021

MINHO, R. **Primeiro mandato coletivo em Salvador:** Elas querem causar bug no sistema político. Disponível em: <https://bahia.ba/entrevista/primeiro-mandato-coletivo-em-salvador-elas-querem-causar-bug-no-sistema-politico/>. Acesso em: 28 mai. 2021

MORAIS, A. R. et al. A Crise Ética na Pós-Modernidade e sua Relação com o Projeto Iluminista. **ID on Line Revista Multidisciplinar de Psicologia**, v. 12, n. 42, p. 845 – 860. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1582>. Acesso em: 28 mai. 2021. DOI: 10.14295/idonline.v12i42.1582

PEREZ, O. C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. **Revista Opinião Pública**, v. 25, n. 3, p. 577-596, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/op/v25n3/1807-0191-op-25-3-0577.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-01912019253577>.

POLITIZE. **Mandato coletivo:** uma nova forma de compor um gabinete. Disponível em: https://www.politize.com.br/mandato-coletivo/?https://www.politize.com.br/&gclid=CjwKCAjwjbCDBhAwEiwAiudBy7pnFaeWB A9Vve6baB119GIBkHJRwBDjlnCu8EB3-hkn3o_lz2y1GRoCvn4QAvD_BwE. Acesso em: 28 mai. 2021

ROSA, A. A constituição do self e a fragmentação da moral na modernidade: uma interface entre Taylor e Macintyre. **Synesis**, v. 8, n. 2, p. 1-18, dez. 2016. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/966/591>. Acesso em: 30 Mar. 2021.

SARMENTO, D.; SOUZA NETO, C. P. **Direito Constitucional. Teoria, história e métodos de trabalho**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

SECCHI, L. (Org.). **Mandatos coletivos e compartilhados:** Desafios e possibilidades para a representação legislativa no século XXI. Disponível em: https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/11/mandatos_v5.pdf. Acesso em: 28 mai. 2021

TAVARES, A.R. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. *E – book*.